

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre, a CCVM apresentou um lucro

de R\$ 130.962 mil, correspondente a R\$ 17,34 por ação, sendo que no período anterior apresentou lucro de R\$ 109.359 mil. Em 30 de junho de 2023 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 216,10, um aumento de 8,73% em relação ao exercício anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros.

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de agosto de 2023.

São Paulo, 24 de agosto de 2023

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2023	2022			2023	2022
Circulante		3.232.994	2.122.648	Circulante		1.602.755	1.341.640
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.464.591	1.212.620	Negociação e intermediação de valores	8	1.513.819	1.216.022
Disponibilidades		1.139	943	Obrigações fiscais correntes	10a	74.666	103.920
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.463.452	1.211.677	Outros passivos	9	14.270	21.698
Instrumentos financeiros		792.551	30.661	Não circulante		11.287	10.821
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	759.810	-	Obrigações fiscais diferidas	10b	279	241
Títulos e valores mobiliários	6	32.741	30.661	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	12	181	170
Negociação e intermediação de valores	8	973.447	877.632	Outros passivos	9	10.827	10.410
Ativos fiscais correntes		301	334	Patrimônio líquido	14	1.631.821	1.500.859
Outros ativos	9	2.104	1.401	Capital social		1.065.450	729.759
Não circulante		12.869	730.672	Aumento de capital		-	65.450
Realizável a longo prazo		9.290	726.905	Reservas de capital		2.186	2.186
Instrumentos financeiros		-	713.567	Reservas de lucros		439.771	703.473
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	713.567	Lucros acumulados		124.414	-
Ativos fiscais diferidos	10b	7.099	11.174	Total do passivo e patrimônio líquido		3.245.863	2.853.320
Outros ativos	9	2.191	2.164				
Imobilizado		3.579	3.767				
Imóveis e outras imobilizações de uso	11	7.962	7.962				
(-) Depreciações acumuladas		(4.383)	(4.195)				
Total do ativo		3.245.863	2.853.320				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros				
		Aumento de capital	Capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2021			729.750	-	561	1.625	69.764	442.497	-	1.244.197
Total do líquido abrangente do período			-	-	-	-	-	-	109.359	109.359
Lucro líquido do período			-	-	-	-	-	-	109.359	109.359
Destinação:										
Reserva legal			-	-	-	5.468	-	-	(5.468)	-
Em 30 de junho de 2022			729.750	561	-	1.625	75.232	442.497	103.891	1.353.556
Em 31 de dezembro de 2022			729.750	65.450	561	1.625	83.175	620.298	-	1.500.859
Aumento de capital	14	335.700	(65.450)	-	-	-	(270.250)	-	-	-
Total do resultado abrangente do período			-	-	-	-	-	-	130.962	130.962
Lucro líquido do período			-	-	-	-	-	-	130.962	130.962
Destinação:										
Reserva legal			-	-	-	6.548	-	-	(6.548)	-
Em 30 de junho de 2023			1.065.450	-	561	1.625	89.723	350.048	124.414	1.631.821

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 24 de agosto de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seu preço ajustados para refletir o ajuste observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de ajustamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.
(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
(d) Imobilizado - Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.
(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.
(f) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os Passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possíveis, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão e nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às despesas entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2023: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.
(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.
(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.
(j) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades	1.139	943
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	1.463.452	1.211.677
Total	1.464.591	1.212.620

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Junho de 2023	Dezembro de 2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	759.810	713.567
Total	759.810	713.567

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2023	Valor de mercado Dezembro de 2022
Títulos para negociação				
Vinculados à prestação de garantias	32.647	94	32.741	30.661
LTN	11.147	94	11.241	10.505
Cotas de fundo de investimento	21.500	-	21.500	20.156
Total da carteira de TVM	32.647	94	32.741	30.661

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Vinculados a prestação de garantias	21.500	11.241	-	32.741
Total da carteira – junho de 2023	21.500	11.241	-	32.741
Total da carteira – dezembro de 2022	20.156	-	10.505	30.661

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	Junho de 2023		Dezembro de 2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	362.233	-	-	536.930
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	611.214	1.498.117	877.632	664.350
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	15.702	-	14.742
Total	973.447	1.513.819	877.632	1.216.022

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondente às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondente a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

9. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 2.124 (dezembro de 2022 – R\$ 2.097), trabalhistas no valor de R\$ 67 (dezembro de 2022 – R\$ 67), a adiantamentos e antecipações no valor de R\$ 761 (dezembro de 2022 – R\$ 345) e a rendas a receber no valor de R\$ 251 (dezembro de 2022 – R\$ 326). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 21.019 (dezembro de 2022 – R\$ 29.084) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.107 (dezembro de 2022 – R\$ 1.141).

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Obrigações fiscais correntes - Referem-se à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 70.611 (dezembro de 2022 – R\$ 100.227) e impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 4.055 (dezembro de 2022 – R\$ 3.693).
b. Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2023	Dezembro de 2022
Diferenças temporárias	7.099	11.174
Contingências	72	68
Provisão de honorários advocatícios	391	446
Provisão para participação nos lucros	2.974	6.433
Unidade de ações restritas – RSU	3.597	4.196
Outros	65	31
Créditos tributários – ativo	7.099	11.174
Obrigações fiscais diferidas – passivo	279	241

No período foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 1.221 (junho de 2022 – R\$ 1.736), tendo sido realizado R\$ 5.296 (junho de 2022 – R\$ 7.228). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 38 (junho de 2022 – sem constituição), em junho de 2022 foi realizado o valor de R\$ 439. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.099 (dezembro de 2022 – R\$ 11.174) é estimada conforme abaixo:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
43%	13%	25%	13%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	2%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 5.581 (dezembro de 2022 – R\$ 8.791). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2023 e 2022.

c. Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2023	Junho de 2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	218.850	182.348
Encargo de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(87.540)	(72.939)
Despesas inadotáveis líquidas de receitas não tributáveis	(239)	(30)
Outros	(109)	(20)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(348)	(50)
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(87.888)	(72.989)

11. Imobilizado: Estão representados por edificações no valor de R\$ 2.904 (dezembro de 2022 – R\$ 2.904), terrenos no valor de R\$ 2.720 (dezembro de 2022 – R\$ 2.720) e outras imobilizações de uso no valor de R\$ 2.338 (dezembro de 2022 – R\$ 2.338).

12. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais e as variações no período estão assim apresentadas:

	Provisões	
	Junho de 2023	Dezembro de 2022
Trabalhistas	181	170
Total	181	170

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	Janeiro-Junho/2023	Janeiro-Junho/2022
		Receitas da intermediação financeira	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		139.013	83.886
Resultado bruto de intermediação financeira		139.013	83.886
Outras receitas (despesas) operacionais		79.837	98.462
Receitas de prestação de serviços	13	137.835	145.459
Despesas de pessoal		(21.634)	(17.300)
Outras despesas administrativas	17a	(16.552)	(12.228)
Despesas tributárias		(20.310)	(18.626)
Constituição de provisões		(11)	(432)
Outros resultados operacionais		509	1.589
Resultado operacional		218.850	182.348
Resultado antes da tributação sobre o lucro		218.850	182.348
Imposto de renda e contribuição social	10	(87.888)	(72.989)
Provisão para imposto de renda		(52.418)	(42.446)
Provisão para contribuição social		(31.357)	(25.490)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

17 Outras informações:

(a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 8.081 (junho de 2022 – R\$ 4.873), despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 2.887 (junho de 2022 – R\$ 3.945) e despesas com comunicações no valor de R\$ 3.007 (junho de 2022 – R\$ 1.847).

(b) Durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN. A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Dezembro de 2022		Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)	Junho de 2023	Dezembro de 2022	Junho de 2023	Junho de 2022
Ações em circulação em 01/01/2022	4.406	588	1.139	943	-	-
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>)....	4.151	635	1.139	943	-	-
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(1.599)	(193)				
Transferência/saída de funcionários	567	74				
Ações em circulação em 31/12/2022	7.525	1.104				
Disponibilidades			1.463.452	1.211.677	90.969	60.905
Banco J.P. Morgan S.A.....			1.463.452	1.211.677	90.969	60.905
Aplicações em operações compromissadas			759.810	713.567	46.243	22.259
Banco J.P. Morgan S.A.....			759.810	713.567	46.243	22.259
Aplicações em depósitos interfinanceiros			(491.978)	(139.942)	491	530
Banco J.P. Morgan S.A.....			46.758	190.514	491	530
JP Morgan Securities PLC			(538.736)	(330.456)	-	-
Outros valores a receber / (pagar)			(1.423)	(1.400)	(7.993)	(6.493)
Banco J.P. Morgan S.A.....			(1.340)	(1.400)	(7.993)	(6.493)
J.P. Morgan S.A. DTVM.....			(81)	-	-	-
Despesas de pessoal			(6.563)	(7.662)	(1.518)	(1.573)
JPMorgan Chase & CO.....			(6.563)	(7.662)	(1.518)	(1.573)

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2023, incluindo encargos sociais, é de R\$ 10.365 (dezembro de 2022 – R\$ 10.110). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 3.812 (junho de 2022 – R\$ 900), incluindo os encargos sociais.

16. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis
Elizabeth Hinden D'Elia
Fabio Jorge Resegue

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2023.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6